O significado da igualdade depois das urnas



» ANTONIO SÓLON RUDÁ
Advogado e pesquisador, autor da doutrina Direito e Significado e da Teoria Significativa da Imputação

A urna encerra a votação, mas não explica sozinha o resultado. Isso é um fato. Antes que o eleitorado escolha, os partidos já escolheram a quem dar dinheiro, estrutura e visibilidade. Parte das condições da disputa nasce dessas decisões. Por isso, diante da baixa representação negra na Câmara dos Deputados, responder apenas que "o povo escolheu" deixa sem exame uma parcela decisiva do problema.

Nas eleições de 2026, foram eleitas/os 135 parlamentares federais que se autodeclararam pretas/os ou pardas/os, segundo levantamento do Congresso em Foco. São 26,3% das cadeiras. Em 2022, eram 139. Para dimensionar a distância, o Censo de 2022 registrou que pessoas pretas e pardas correspondiam a 55,5% da população brasileira. A maioria demográfica permanece ao equivalente a pouco mais de um quarto da representação na Câmara.

Esses números não autorizam atribuir uma intenção racista ao conjunto do eleitorado. Também não impõem à cidadã e ao cidadão negros o dever de votar em alguém da mesma cor. A liberdade política inclui a pluralidade de ideias, interesses e escolhas. O que as análises dos dados exigem é uma explicação sobre a persistência dessa distância e sobre o funcionamento das instituições que organizam o acesso ao poder.

Nesse contexto, considero insuficiente celebrar a presença de candidaturas negras nas listas partidárias sem perguntar em que condições elas disputaram. O registro assegura a possibilidade de receber votos. Para chegar ao eleitor, porém, é preciso fazer circular propostas, organizar equipes, percorrer territórios e conquistar espaço no debate. É nesse percurso que o compromisso com a participação pode ganhar consistência ou se esgotar no preenchimento de uma ficha.

Nesse ponto, o argumento da "competitividade" merece atenção especial. Imagine-se uma candidatura que recebe pouco apoio porque a direção partidária considera reduzidas suas chances. Sem recursos e exposição, ela tem dificuldade para crescer. Encerrada a eleição, o desempenho eleitoral é apresentado como prova de que a direção tinha razão. Nesse circuito, a decisão que ajudou a produzir a dificuldade desaparece da explicação. Resta ao candidato ou à candidata a responsabilidade por um resultado no qual não havia total controle sobre as condições.

Isso não significa que toda diferença de financiamento seja discriminatória. Significa que a palavra "competitivo" precisa vir acompanhada de razões. Há perguntas que precisam de respostas: Que critérios sustentaram a avaliação? Foram aplicados de modo coerente? Consideraram o potencial de uma candidatura nova ou apenas a vantagem acumulada por quem já ocupava espaços? Quando o acesso anterior ao poder se torna a principal credencial para receber apoio, a renovação encontra um obstáculo dentro da própria organização que deveria torná-la possível.

É aqui que situo a contribuição da doutrina Direito e Significado. Compreender o direito como significado do seu uso no contexto social e institucional exige acompanhar o que fazemos com expressões como igualdade, participação e representação. Nos partidos, esse uso aparece em decisões bastante concretas: quem recebe apoio, em que momento e sob quais critérios. A linguagem da inclusão precisa responder por essas escolhas.

O significado da igualdade tampouco pode ficar entregue à conveniência de quem distribui oportunidades. Seus usos devem admitir crítica e exigir justificação. Se uma legenda anuncia compromisso com a participação negra, cabe examinar como esse compromisso orienta seu orçamento, suas prioridades e a composição de suas instâncias dirigentes. A declaração pública oferece um critério pelo qual suas práticas podem ser cobradas.

Uma democracia plural não exige que o parlamento reproduza mecanicamente cada proporção da sociedade. Mas uma distância persistente dessa dimensão tampouco pode ser tratada como detalhe estatístico. A presença negra importa para ampliar experiências, perspectivas e possibilidades de intervenção no debate público, preservada a liberdade de cada representante. A responsabilidade pela igualdade, por sua vez, pertence a toda a instituição.

O resultado das urnas deve, portanto, abrir a discussão sobre as decisões que o antecederam. Os partidos precisam demonstrar o que fizeram para que a participação negra tivesse condições de se converter em representação. A escolha do eleitor merece respeito. As escolhas de quem organizou a disputa merecem escrutínio. A apuração encerra a contagem dos votos; a prestação de contas sobre as oportunidades começa antes e continua depois dela.



A sorte de Lula



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O presidente Lula, além de bom articulador político, é homem de sorte. Ele assumiu seu primeiro mandato de presidente da República do Brasil em 2003, quando o país era prisioneiro da chamada conta-petróleo. Os mais jovens não sabem o que é isso. O Brasil tinha pequena produção de petróleo, absolutamente insuficiente para atender às necessidades do país. Para compensar essa deficiência, o governo comprava petróleo no exterior. Isso significava a necessidade de comprar dólares para adquirir petróleo. Um e outro subiam constantemente de preço. A consequência foi a elevação perigosa da dívida externa brasileira, contratada em bancos estrangeiros com juros flutuantes.

O Brasil tornou-se vítima da permanente chantagem dos bancos estrangeiros. Eles subiam as taxas de juros e obrigavam o país a honrar o pagamento em níveis estratosféricos. O que somente era possível com a contratação de mais empréstimos para comprar os dólares necessários. Em certo momento, os principais bancos norte-americanos passaram a desconfiar da capacidade brasileira de pagar os juros e resolveram exigir a quitação das dívidas. O país entrou em convulsão. A inflação disparou, a dívida externa deu um pulo e os dirigentes se sucederam no comando político do país. Uma das consequências foi o fim dos governos militares. O então presidente João Figueiredo disse que o Brasil era um pinto que tinha botado ovo de avestruz. Em poucas palavras, o país quebrou.

O governo Sarney tentou solucionar o problema de maneira supostamente eficiente. Decretou a moratória, e o país suspendeu o pagamento de todos seus títulos no exterior. Mas o sistema financeiro é poderoso. A resposta veio na forma da interrupção de todos os créditos internacionais ao país. O Banco do Brasil, no exterior, perdeu o acesso ao financiamento interbancário e ficou sem recursos. A inflação chegou a 80% ao mês. O país não tinha reservas em moeda forte.

Veio a eleição de Fernando Collor, que tentou acabar com a inflação por meio do congelamento de todo o dinheiro à disposição dos bancos. Não funcionou. A elevação dos preços continuou com toda velocidade. Os sucessivos planos de estabilização da economia não resultaram em nada de positivo. Só no governo Fernando Henrique, com a introdução do Plano Real, a inflação cedeu, enquanto brasileiros credenciados, e muito qualificados, renegociaram a dívida brasileira em Nova Iorque. O governo brasileiro voltou a pagar os juros da dívida, que teve seu valor reduzido. Hoje, ela não existe mais. O segundo governo Lula liquidou o débito.

A sorte de Lula começou a aparecer em 2005, no seu primeiro mandato, quando foi descoberto um campo promissor no pré-sal, chamado de Tupi. Sua produção foi iniciada em 2008, no segundo mandato. Esse poço foi posteriormente rebatizado de Lula. O pré-sal tornou-se o maior produtor de petróleo do país. Em 2025, respondeu por 79% da produção nacional, com a média de 3 milhões de barris/dia. O principal obstáculo ao crescimento da economia nacional foi removido. Ninguém mais fala no assunto. A Petrobras registrou lucro líquido de R$ 39,8 bilhões no terceiro trimestre de 2026. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, houve crescimento de 21,5%. O governo brasileiro é proprietário de mais de 50% das ações da Petrobras. A metade desse lucro vai para o Tesouro. O petróleo, no Brasil, deixou de ser problema, passou a ser solução.

Há várias explicações para o sucesso da Petrobras. Aumento dos preços internacionais (agradecimento a Donald Trump que cometeu a guerra contra o Irã e desorganizou o mercado internacional), crescimento de 32% nas vendas e melhor desempenho operacional. O Brasil está, hoje, no nono lugar entre os maiores produtores de petróleo no mundo, na frente do Kuwait, por exemplo. Caso a esse resultado seja adicionado a produção de gás, o Brasil sobe para o sétimo lugar. Hoje, portanto, a principal dificuldade, que inibe o rápido crescimento econômico do país, é a elevadíssima taxa de juros.

Petróleo é solução e tragédia. Para Iraque e Venezuela, significou invasão, mortes e perda da liberdade. Os norte-americanos querem dominar toda a produção do precioso mineral. O Brasil demorou muito a entrar nesse mercado. Isso explica não ter sido visado pelos grandes consumidores. Agora, nas costas do Amapá, aparece outro pré-sal. O início do quarto mandato pode ser o momento para o presidente Lula retribuir um pouco do que o destino lhe destinou. A Região Norte do Brasil foi esquecida durante séculos. É urgente a necessidade de asfaltar a estrada que vai de Macapá ao Oiapoque e fazer da atual picada que liga a capital do estado a Santarém, no Pará, uma rodovia de verdade. É a maneira de conectar aquele estado ao país. Além disso, se o governo não atrapalhar o desenvolvimento daquela região, já terá feito muito.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Federações partidárias: a união que serve ao cacique

A cada quatro anos, durante o período eleitoral, os cidadãos observam um fenômeno curioso: as federações partidárias. Legendas que antes viviam se estapeando, de repente, como num passe de mágica, correm para se aliar e garantir vantagens maiores e mais diversificadas. É a materialização da ideia marota de que "a união faz a força".

No caso das federações partidárias, a estrutura e o modelo das legendas são forçados a se unir apenas em prol de vantagens imediatas. Além disso, ninguém leva em conta o que pensam os eleitores, a base de apoio e os correligionários. Trata-se, portanto, de uma armação artificial. Ela comprova que os partidos se interessam apenas por articulações marotas. Do mesmo modo, ela mostra que os estatutos das legendas são meros documentos. Seu alcance se restringe ao que exige a Justiça Eleitoral, ela também uma excrescência dentro do nosso desarranjo político atual. A flexibilidade com a ética pública e os interesses dos caciques são outro capítulo à parte.

Sua carteira

Entretanto, as federações acontecem de forma normal e sem atritos. Enquanto isso, o eleitor custeia toda essa dança das cadeiras a cada quatro anos. Ele também recebe as contas elevadíssimas do fundo partidário e do fundo eleitoral. Por isso, esse cidadão sonha com um sistema mais enxuto. Nele, as mais de duas dezenas de legendas, sem compromisso real com ideologias e estatutos, formariam apenas três blocos: esquerda, direita e centro. Dessa forma, acabaria o cipoal de siglas que enriquecem caciques e destroem a democracia.

A reforma política é urgente

Afinal, o Brasil precisa enxugar esse cipoal de partidos de fantasia. São siglas sem lastro com a realidade das ruas. Durante o mandato inteiro, elas trocaram acusações, disputaram espaço e trataram-se como adversárias irreconciliáveis. De repente, porém, descobrem afinidades profundas. Então anunciam, com solenidade de tratado de paz, a formação de uma federação partidária. Contudo, não houve conversão ideológica nem debate programático. Além disso, a militância não foi consultada. O que houve foi uma conta bem feita: somar fundo partidário, fundo eleitoral e tempo de propaganda, e escapar da cláusula de desempenho.

O dado mais recente basta para ilustrar o ponto. Atualmente, há cinco federações registradas no Tribunal Superior Eleitoral: Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV); PSol-Rede; PSDB-Cidadania; União Progressista (União Brasil e PP); e Renovação Solidária (PRD e Solidariedade). As duas últimas nem existiam na eleição geral de 2022. A Renovação Solidária foi registrada em dezembro de 2025. Já a União Progressista teve o registro aprovado em 26 de março de 2026, a poucos meses da campanha. Ou seja, ambas nasceram no tempo exato que a engenharia eleitoral exigia.

Praxis

Quem acompanha a política sabe que não foi o pensamento que aproximou essas legendas. Foi o cálculo astuto e um tipo de pragmatismo de espertalhões. Assim, temos a união servindo ao cacique, e não ao eleitor. Por outro lado, defende-se a federação como instrumento de racionalização: menos partidos, bancadas mais coesas e governabilidade. Em tese, é um argumento respeitável. Na prática, porém, o que se vê é outra coisa. Analistas ouvidos pela imprensa apontam que federações, incorporações e fusões aceleram a perda de identidade das legendas. Além disso, aumentam a concentração de poder nas mãos de caciques políticos tradicionais. É o diagnóstico de quem observa o sistema de perto, e o cidadão comum o reconhece sem esforço.

Nenhum bloco nasce por decreto, e a Constituição assegura a liberdade de criação de partidos. Por isso, o caminho passa por endurecer, e não afrouxar, as exigências para o acesso ao dinheiro público. Entre as medidas possíveis estão cláusulas de desempenho mais rigorosas e o fim do financiamento a organizações sem base real de filiados e de eleitores. Além disso, seriam necessárias transparência total sobre a destinação das verbas e democracia interna obrigatória, com prestação de contas aos filiados. Uma federação que se limita a somar cotas de fundo, sem programa comum e sem vida partidária real, deveria ser tratada como o que é: um arranjo de conveniência.

Investimento ou dinheiro jogado fora?

O Brasil não precisa de mais partidos, precisa de melhores partidos. Precisa de organizações que existam porque o cidadão as sustenta com sua adesão, e não porque o Tesouro as sustenta com o dinheiro do cidadão. Enquanto isso não acontecer, continuaremos assistindo, a cada quatro anos, ao mesmo número de ilusionismo. Nele, a união aparece como força e a conta chega ao contribuinte.

A frase que foi pronunciada:

"Há muitos homens de princípios nos partidos políticos, mas não há nenhum partido de princípios."

Alexis de Tocqueville

História de Brasília

Chamamos a atenção do sr. Sávio Pereira Lima, diretor do Hospital Distrital, para a possibilidade de um desastre que poderá ser o mais grave de Brasília.
(Publicada em 27.05.1962)